

## Até a esquerda reprova parecer de Severo Gomes

O anteprojeto do relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP), que será votado a partir desse sábado, corre sério risco de ser rejeitado tanto pela esquerda quanto pela direita, as duas correntes políticas que polarizaram as discussões nessa comissão desde o início dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Para Severo Gomes, a única solução para aproximar as divergências na Ordem Econômica era a via da negociação. No entanto, desde o início da semana, os parlamentares, divididos ideologicamente, estão trabalhando isoladamente para elaborar seus substitutos.

Os constituintes que integram

o grupo da esquerda já têm pronto um substitutivo, no qual estão asseguradas as suas principais reivindicações: fixação de um limite para os latifúndios imissão imediata pela União na posse do imóvel rural desapropriado; empresa nacional com capital e poder decisório na mão de brasileiros; limitação para os investimentos estrangeiros no País; reserva de mercado para indústrias de ponta, e monopólio estatal do petróleo e de materiais nucleares. Se essas questões não forem inseridas no parecer de Severo Gomes, o grupo garante que votará contra a sua aprovação. Ainda que o substitutivo da esquerda não tenha chances de passar, o grupo não tenciona negociar suas posições.

## Contag vai pressionar

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) iniciou ontem uma ação que vinha sendo programada sigilosamente há pelo menos duas semanas. Uma verdadeira invasão de líderes rurais ao Congresso Nacional se estenderá até a votação na Comissão da Ordem Econômica. Ontem, cerca de 200 agricultores agitavam corredores e gabinetes, mas à tardinha já havia cerca de 600 em Brasília. Até amanhã, este número pode chegar a 800. Esta é uma das estratégias definidas pela entidade para tentar reverter o resultado

da votação na Subcomissão da Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo em que aciona o mais numeroso grupo de pressão na Constituinte, a Contag desfecha um ataque às bases eleitorais dos deputados que votaram contra o anteprojeto do relator Osvaldo Lima Filho na subcomissão. Um boletim com nomes e fotos dos parlamentares que votaram contra o anteprojeto — e também dos que votaram a favor — está sendo distribuído nas zonas onde eles foram votados. A Contag considera esta uma tática eficiente para reverter posições.

## Machado: "É intolerável"

O deputado Gilson Machado, do PFL de Pernambuco, prevê, ontem, que o anteprojeto da Comissão da Ordem Econômica, elaborado pelo relator Severo Gomes, senador pelo PMDB de São Paulo, deverá ser rejeitado pelo plenário do órgão, com aprovação de um substitutivo. A causa da provável rejeição, segundo o parlamentar, são alguns dispositivos "intoleravelmente intervencionistas e antidemocráticos admitidos pelo relator".

Machado apontou entre os aspectos reprováveis do anteprojeto a faculdade atribuída ao Estado de exercer atividades econômicas em regime de monopólio, além daquele em vigor na exploração do petróleo, e de conferir ao Poder Público a prerrogativa de intervir, sob a forma normativa, para controle e fiscalização da atividade privada.

— Conferir ao Estado atribuições econômicas de abrangência monopolística é revogar, na prática, o regime de economia de mercado, com eliminação de um dos sustentáculos mais importantes das formas de convivência democrática. E atribuir ao Poder Público o privilégio de intervir na atividade privada, por meio de ação normativa, é sujeitar todo o sistema econômico aos bons ou maus humores de qualquer burocrata capaz de fazer atos administrativos — reage o deputado.

Diz ainda o parlamentar pernambucano que a imissão de posse da propriedade rural em favor da União, a partir da seleção do imóvel como susceptível de reforma agrária, conforme o parecer do relator Severo Gomes, é algo "tão mais totalitário do que o Ato Institucional nº 5".

# Luiz Salomão denuncia conspiração

Segundo ele, grupos internacionais agem contra a Constituinte

GIVALDO BARBOSA



Emocionado, Ulysses não conseguiu responder às crianças que estiveram no Congresso

## Crianças no Congresso pedem Brasil melhor

— Eu queria falar com o Ulysses, falar pra ele melhorar a situação que o Brasil está hoje.

O desejo de Luis Arthur Leme do Prado, de 10 anos, foi satisfeito. Ele estava frente a frente com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, mas se emocionou e não conseguiu articular palavra. Só estendeu o pedacinho de papel para apanhar um disputado autógrafa, que saiu admirando com medo de amassar.

O garoto fazia parte do grupo de 60 crianças que, na promoção Passaportezinho Brasil, visitou ontem o Congresso Nacional, teve uma aula ilustrada sobre o Poder Legislativo e pas-

seu pelos plenários do Senado e da Câmara, antes de voltar para São Paulo.

### IMAGEM NEGATIVA

O que mais chamou a atenção dos adultos que estavam perto foi a imagem negativa que as crianças têm do trabalho desenvolvido pelos deputados e senadores. Durante a explanação promovida pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, que usou transparências com histórias em quadrinhos para mostrar o caminho percorrido pelo projeto até virar lei, as crianças riam e gritavam expressões irônicas toda vez que se tocava na palavra trabalho.

Albertina Chmielewski Ferreira, diretora da subsecretaria, explica que se pretende fazer um trabalho de divulgação sobre as atividades do Senado Federal, exatamente para destruir essa imagem deformada que as pessoas têm sobre o Poder Legislativo e estão passando para as crianças que dizem, sempre que perguntadas: "Eu não vou ser político, não", como se alguém as estivesse ofendendo.

Outro ponto que chamou a atenção das crianças, que saíram dizendo que agora acreditavam "um pouco" que os deputados trabalham no seus gabinetes e nas comissões, foi o luxo do Congresso Nacional.

## "Távola cria encargos onerosos"

O ministro da Previdência Social, Raphael Magalhães, disse ontem na Comissão da Família, do Menor e do Idoso que a Constituinte não deve despertar expectativas que poderão ser frustradas por não serem cumpridas. O ministro mencionou o fato de o substitutivo do deputado Artur da Távola contemplar o idoso com artigos muito específicos,

que criam encargos que a Previdência Social não teria condições de atender.

A preocupação do ministro é com o comprometimento da receita orçamentária da Previdência, baseada fundamentalmente na contribuição do trabalhador. Na sua opinião, a assistência social deveria ser coberta com recursos gerais da União, ao invés de ser arca-

da pelos trabalhadores da ativa.

Segundo o ministro da Previdência, a parte referente ao idoso deveria restringir-se a um único artigo disposto no substitutivo e que atribui ao Estado e à sociedade "o dever de amparar as pessoas idosas mediante políticas e programas que assegurem sua participação na comunidade".

Uma conspiração internacional contra qualquer ato de afirmação da soberania econômica brasileira na Constituinte foi denunciada ontem ao plenário da Assembleia Nacional pelo deputado Luiz Salomão (PDT/RJ). Com base em informações de um correspondente da *Executive Intelligence Review*, revista que revelou o golpe de Tony Gebauer em contas bancárias de brasileiros no exterior, ele disse que o "Projeto Democracia", denominação da articulação golpista contra a Constituinte, participou ainda da orquestração que acabou com a derrubada do ministro Dilson Funaro, além de estar por trás do escândalo Irágate, que ameaça desestabilizar o governo Reagan nos Estados Unidos.

A conexão brasileira do "Projeto Democracia" seria a Confederação das Associações Comerciais do Brasil, dirigida pelo empresário Amaury Tenporal, conforme as revelações do correspondente — mantido no anonimato — ao deputado Luiz Salomão. Na Constituinte, o jornalista denuncia como envolvidos na articulação os deputados Afif Domingos (PL/SP), Delfim Netto (PDS/SP), Amaral Netto (PDS/RJ), Francisco Dornelles (PFL/RJ), Ronaldo César Coelho (PMDB/RJ), Alysson Paulinelli (PFL/MG), e o senador Roberto Campos (PDS/MT), "sem dúvida, a estrela".

A estratégia do "Projeto Democracia" passaria, no Brasil, pela radicalização política do processo de transição democrática, entre forças extremas, com o objetivo de relegar a segundo plano a discussão de temas de ordem econômica e social.

O "Projeto Democracia", ainda segundo as informações do correspondente da *Executive Intelligence Review*, editada em Washington, come-

çou a ser descoberto a partir das investigações do escândalo Irágate, quando se apurou a existência de "uma fantástica rede de operações ilegais realizadas por um verdadeiro governo paralelo e secreto dos Estados Unidos, que atua contra a soberania de várias nações do mundo inteiro".

### CONTRA FUNARO

Na orquestração da derrubada do ex-ministro da Fazenda, Dilson Funaro, teriam participado, no plano interno, a Federação dos Bancos, insatisfeita com a redução do spread, tendo tido papéis importantes Teófilo Azeredo Santos e o assessor Ney Figueiredo, a família Mak-soud, Jorge Flores, da Companhia Sul Americana de Seguros, a União Democrática Ruralista e constituintes do grupo relacionado pelo correspondente da revista norte-americana. No plano externo, o personagem mais influente teria sido o diretor da Agência de Informações dos Estados Unidos (USIA), Charles Z. Wicks, administrador como tal, do aporte oficial de recursos outorgados à *National Endowment for Democracy* (NED) do "Projeto Democracia".

Segundo relato do informante do deputado Luiz Salomão, em princípios de abril Charles Wicks teria visitado o Brasil para uma reunião com executivos das principais cadeias de televisão do País, entre eles o proprietário da *TV Globo*, empresário Roberto Marinho. A partir de então, a emissora reduziria a cobertura da viagem de Funaro a Washington, centrando o noticiário nas reclamações dos banqueiros sobre a "desastrosa situação brasileira". O boicote às negociações desenvolvidas então pelo ministro chegariam ao máximo em 10 de abril, quando a *Globo* se omitiria na cobertura de uma conferência de imprensa de Funaro na Embaixada do Brasil em Washington.

## Anna será interpelada hoje

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), incumbiu o deputado Jorge Arbage (PDS-PA) de apurar se realmente a deputada Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) afirmou que grupos financeiros estão comprando os votos de parlamentares com televisões, carros e apartamentos.

Arbage deverá hoje interpelar oficialmente a deputada Anna Maria Rattes para que informe, por escrito se fez ou não esta declaração. Caso a negue, a Constituinte pedirá ao *Diário de Petrópolis*, que desminta o que publicou no último dia 2 de junho.

### MORALIDADE

O líder do PDS, deputado Amaral

Netto (RJ), que solicitou ao presidente Ulysses o esclarecimento da notícia, frisou ontem que seu partido não deixará passar em brancas nuvens acusações desse gênero. Acha que os constituintes vêm sendo criticados injustamente e não podem aceitar que alevisias, como esta, se espalhem.

Se a deputada Anna Maria Rattes confirmar sua declaração de Petrópolis, o PDS exigirá da Mesa que ela indique, também, os nomes dos parlamentares que foram comprados para "votar contra o povo", como afirmou. O PDS não acredita que a deputada tenha qualquer nome, mas se isto acontecer será necessário a punição dos culpados para preservar a Constituinte.